

Reunião Ordinária de 21 de março de 2016

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 56

-----Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do sr. Presidente da Câmara **Dr. Pedro Daniel Machado Gomes, Dr. Carlos Manuel Nunes, em virtude do pedido de substituição apresentado Dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Dr. Manuel António da Mota Nunes, Dr.ª Cristina Maria Mendes da Silva Moreira, Dr.ª Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Dr. António Augusto dos Reis Silva, Dr. Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro,** com a presença de **Armanda Paula de Meireles Ferreira,** Coordenadora Técnica em substituição da Diretora do Departamento de Administração e Finanças **Dr.ª Isabel Maria Alves Coelho,** por motivo de férias, que a secretariou.-----

----- Eram quinze horas quando o sr. Presidente deu como aberta a reunião. -----

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sra. Vereadora Dr.ª Cândida Novais fez a seguinte intervenção:-----

"Gostava de saber, em relação ao Festival das Camélias, porque li que o resultado das visitas foram sete mil visitantes, qual o impacto do efeito do festival das camélias e como é que chegaram a esses números?-----

Uma vez que houve muitas atividades nesse fim-de-semana, gostava de saber qual o enfoque e a estratégia que a Autarquia está a dar ou pensa dar ao Turismo em Lousada, ou está a diversificar uma estratégia de divulgação do Turismo e em que áreas?-----

Reparei que estão cinco carros da Autarquia estacionados no praça. Gostava de saber se não há outra possibilidade? Se o estacionamento é para rentabilizar, não faz sentido algum, até, porque, é um período de férias, festas, comércio... -----

Como faço parte do júri das bolsas, o que se constata é que a atribuição das bolsas é tardia, gostava que ficasse documentado a que é que se deve esta atribuição tardia das bolsas, porque as pessoas começam a reclamar e a perguntar porque é que não são atribuídas e tem que haver uma justificação técnica e política pelo atraso da atribuição das mesmas. -----

Por último, queria alertar para a questão do SITE da Câmara. O SITE da Câmara não está atualizado, para além de ter algumas gralhas tem falhas que são graves, por exemplo, no SITE onde deviam estar publicitadas as atas das reuniões de Câmara não estão, não estão os nossos emails. A questão que foi lançada nas redes sociais da água e, sabendo nós que o ónus é sempre da Autarquia, nós também tivemos uma votação e tivemos um parecer e tivemos questões que foram colocadas, portanto, se as pessoas tivessem acesso a essas atas muitos dos argumentos ficavam justificados e explanados à partida. É uma questão de transparência visto que a Autarquia tem por norma pautar-se pelas regras da transparência. Acho que é de elementar justiça e de lisura ter o SITE minimamente atualizado, tanto mais que, devem ter um técnico para trabalhar essa questão. -----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes pediu para intervir: -----

"No seguimento da área do site, porque tem a ver com o sistema da gestão da qualidade do Município, é-me dado a perceber que o Município estará a implementar um sistema de gestão da qualidade. Não sei em que fase se encontra. Mas, efetivamente, considero que o Município deve concretizar esse processo o quanto antes, tendo em perspetiva melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Município ao Munícipe; gerir e tratar devidamente todos os requerimentos, sugestões, reclamações que são apresentadas. Também porque se enquadra numa situação que me fizeram chegar: um requerimento que foi remetido à Câmara Municipal sobre uma reclamação que foi apresentada em 2014 e que até à data ainda não há uma resposta ao cidadão. É o processo administrativo 24/Q/2014. É um processo que já vem desde o dia 12 de junho de 2014, refere-se a uma vedação, foi apresentada uma queixa pelo sr. Antero Moura Ribeiro, em setembro do mesmo ano e os Serviços do Urbanismo informaram que foi aberto um processo. O último requerimento deu entrada no dia 05 de fevereiro deste ano. Estou a enquadrar esta situação no âmbito do sistema de gestão da qualidade. Com o sistema de gestão da qualidade acompanhamos estes processos, porque há prazos e há uma relação de compromisso maior do ponto de vista dos serviços com o Munícipe. Provavelmente este Munícipe não teria esta necessidade de vir aqui, pedir quase por favor para ver o que é que se passa com o processo dele. No último requerimento apresentado solícita que se "digne informar qual o ponto da situação do processo e quais as medidas que foram tomadas." -----

Nesta mesma temática do Site, também me apercebi que a área dedicada ao Município no site da Câmara Municipal tem algumas áreas em que diz: estamos a implementar; estamos em vias de; estamos a tentar... Há um conjunto de situações, nomeadamente com o acompanhamento online dos processos administrativos que está um bocadinho aquém. São frases que ficam bem e estão sempre atuais, mas o que nos interessa é de facto concluir e concretizar o quanto antes estas matérias. -----

Gostaria ainda de perguntar se é possível apontar o número aproximado de famílias carenciadas no concelho e dentro desse número aquelas que estão sujeitas ao apoio com base no regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos?" -----

As questões suscitadas o Sr. Presidente respondeu: -----

"Vou diretamente à questão do Festival das Camélias, parece-me que é um evento que vale a pena continuar a apostar. Confesso que há sete anos atrás quando fizemos a primeira edição do festival, tive dúvidas quanto ao sucesso da iniciativa. O certo é que essas dúvidas ficaram dissipadas logo no primeiro ano. É um evento que tem um potencial muito grande. Aliás, esse potencial poderia ser superior se a Associação Portuguesa das Camélias tivesse um papel mais determinante, nomeadamente de articulação entre todas as iniciativas do género que são levadas a cabo. Devia tomar uma posição e não permitir que houvesse mais do que um ou dois eventos por fim-de-semana. No fim-de-semana em que realizamos o nosso festival houve cinco iniciativas do género. É óbvio que os Municípios são livres de levar a cabo as iniciativas que entenderem e a Associação Portuguesa das Camélias não os pode proibir. Mas a Associação Portuguesa das Camélias podia e devia, na minha opinião, dar uma chancela ou selo de qualidade apenas aos eventos cuja organização fosse articulada. Fiz esse reparo a um representante da Associação que estava na abertura do festival e espero que no futuro isso não volte a acontecer, porque quem gosta de camélias não vai a todos os locais, acabando por optar por um ou dois e ficam todos a perder. Com maior coordenação e maior intervenção da Associação Portuguesa de Camélias o festival pode ser muito maior e melhor. -----

Relativamente à estratégia do Município para o Turismo julgo que é notória. Achamos, desde há muito tempo, que o Turismo é um setor chave importantíssimo e fundamental para o Município, para explorar em todas as suas vias. Naturalmente que tem que haver sempre alguns projetos âncoras e outros mais acessórios. Nos projetos âncora temos, obviamente, a Rota do Românico como elemento preponderante. Em virtude do empenho da Câmara Municipal de Lousada temos no nosso concelho o Centro Interpretativo do Românico que vai ser fundamental para Lousada e para toda a região. Vai ser um ponto de entrada ou de saída de quem irá fazer as rotas do românico no futuro. Ou seja, vai captar para Lousada todos os turistas que venham a fazer cada uma das rotas. A fase da construção está concluída e estamos a preparar uma candidatura no âmbito da Associação de Municípios para o seu apetrechamento em termos de equipamento para que daqui a um ano haja condições para abrir ao público. -----

A gastronomia também é muito importante para nós, assim como a oferta cultural e o desporto que tem um potencial enorme, por força das excelentes condições que temos no Complexo Desportivo. Temos registado muitas solicitações e infelizmente, o concelho acaba por não tirar os dividendos que podia, nomeadamente em termos de hotelaria. A Senhora Vereadora tem-se empenhado em dinamizar tudo que tiver potencial turístico. Temo-lo feito de uma forma conseguida e temos tido a capacidade de captar para Lousada público em diversas áreas. Ainda ontem na festa do chocolate me dizia um jovem que abriu uma agência de viagens que foi contactado por um grupo de Finlandeses que querem vir a Lousada na altura do rally. -----

Naturalmente que não há soluções mágicas, essas soluções não passam por respostas únicas. É uma panóplia de respostas e essa soma de uma oferta diversificada faz um conjunto que queremos que seja cada vez mais interessante.” -----

A Senhora Vereadora Dr^a. Cristina Moreira acrescentou:-----

“O número parece elevado mas o fim-de-semana teve duas alavancas principais. Uma é tudo o que tem que ver com o festival e a outra são os fins-de-semana gastronómicos. Anuíram onze restaurantes e só para terem uma ideia, no Restaurante Brasão foram servidas a mais, nesse fim-de-semana, 300 refeições. No domingo, ao almoço, o cozido teve que ser feito três vezes. Somados os números das refeições a mais dos onze restaurantes, os números do BTT, dos Motards, do Auditório, toda esta dinâmica, podemos apontar para os 7 mil visitantes.-----

O Turismo vive de três grandes estratégias, uma delas é estrutural tem que ver com uma estratégia a nível do Norte, onde temos a Entidade de Turismo do Porto e Norte onde vamos ajudando e sendo ajudados. Depois temos uma a nível da CIM, onde a Rota do Românico é a nossa alavanca e temos internamente o Desporto e a Cultura, a promoção de um ou outro evento que vamos levando a cabo para fazermos pacotes. Gostaríamos de ter mais dois ou três hotéis que nos ajudassem a ter pacotes para grandes grupos, mas mesmo assim temos conseguido fixar turistas. Se tivéssemos um hotel maior teríamos uma capacidade maior de captar mais grupos para que nos pudessem visitar.” -----

O sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar aditou: -----

“Eu considero o Rally um projeto âncora e acho que não aproveitamos bem o Rally e quem vem de novo a Lousada, sobretudo, na área da Rota do Gourmet, vem muita gente de fora do Concelho. -----

Vem muita gente de fora principalmente Espanhóis, admito que seja importante para os restaurantes o fim de semana gastronómico com a promoção do cozido à portuguesa, faturaram mais mas, provavelmente, foi com gente da terra, eu fui almoçar a um e conhecia quase toda a gente.” -----

A Senhora Vereadora Dr^a. Cristina Moreira observou: -----

“Já fizemos promoção através da impressão de 10 mil flyers. O caminho é a através das agências. -----

Discordo do Dr. Gaspar. Metade das pessoas que o Restaurante Estrada Real recebeu era de fora do Concelho. O restaurante Recantos de Harmonia recebeu pessoas de fora que iam com destino a Celorico de Bastos.-----

As pessoas têm que perceber que tendo um alojamento onde possam ficar alojados e ter um pacote conjunto, por exemplo, de uma dormida com duas refeições e um evento é mais fácil de vender para um operador.-----

Temos três operadores a trabalhar connosco, mas temos de trabalhar um nicho de mercado que são as famílias porque para grandes grupos tínhamos que ter um alojamento com capacidade para 100 ou 150 quartos. Mesmo assim, quando há eventos de teatro, concertos, festas, algum evento que chame a atenção, essas famílias optam por vir para Lousada, porque há determinado evento. O facto de haver sempre eventos culturais proporciona que a família tenha sempre uma atividade com que se ocupar.-----

Era importante fazermos um trajeto que fizesse um desvio dos barcos que sobem o Douro e saíssem em Entre-os Rios, Penafiel, Lousada e Resende.-----

A afluência poderia ser maior se não houvesse a dispersão noutros eventos.”-----

O sr. Vereador Dr. Carlos Nunes observou:-----

“Relativamente à estratégia do Turismo eu fico com uma dupla sensação: vejo alguma preocupação em querer fazer, mas vejo uma perda de orientação mais estratégica. De facto, em que é que o Município quer apostar, em que fileira, qual é o produto estratégico que o Município quer agarrar?”-----

A srª. Vereadora Drª. Cristina Moreira esclareceu:-----

“Obviamente que é a Rota, gastronomia e vinhos, e depois os eventos culturais e desporto. Estrategicamente está definido no PDS que tem todos os projetos.”-----

O sr. Vereador Dr. Carlos Nunes acrescentou:-----

“Quando me referi a este assunto estava a referir-me com um sentido muito concreto, a estratégia deve ser ancorada a um produto e depois devemos levar os outros por arrasto. Quando queremos fazer de todos os produtos a nossa estratégia não vamos lá. Quando querem ir buscar os cruzeiros ao Douro para Lousada, não vamos lá. Temos que assumir e identificar qual é o nosso produto e a partir daqui envolver os outros com um upgrade àquele que é o nosso produto âncora.-----

E voltando um pouco atrás, o festival das Camélias, Celorico tem já uma marca muito vincada, foi dos primeiros, curiosamente vi que o lettering que é utilizado é o mesmo, é a mesma fonte de letra, que identifica um conceito comum. Este ano fizeram uma coisa diferente: em vez de levarem a televisão no domingo, levaram a televisão no sábado. Quem está lá no sábado já lá está, quem vê a televisão no sábado vai lá no domingo, não só para ver o festival das camélias mas também pela gastronomia associada.-----

Por obrigações profissionais vou tendo algum contacto e algum conhecimento de iniciativas lançadas pela Turismo Porto e Norte de Portugal e

verifiquei uma recente, porque é numa perspetiva de incoming, numa perspetiva de mercado alvo que eu acho que deve ser preferencial – o Espanhol, dada a proximidade em vários sentidos. A Turismo Porto e Norte tem feito algum esforço em levar os Municípios para todos estes mercados e para estas feiras e eventos. Um dos últimos foi a Novatur em que fizeram uma publicação em que o Município de Lousada não consta. Estão agora a repetir essa mesma publicação, dando oportunidade aos Municípios que não integraram alguma oferta, de até ao dia 23 de março, poderem enviar os contributos para estarem na feira de Barcelona, a B-Travel. É aqui que o Município não deve estar distraído. Eu tenho a publicação e Lousada não está na publicação que foi distribuída.” -----

A Sr^a. Vereadora Dr^a. Cristina esclareceu:-----

“Os 62 concelhos do Norte estão juntos na Entidade e têm sete produtos estratégicos e dentro de cada produto estratégico o Espanhol tem a possibilidade de saber o que é que contém cada um. Nós estamos na natureza, no Desporto, festivais de verão, estamos em tudo aquilo que a Entidade nos pede, só não estamos nos percursos pedestres porque os percursos não estão prontos e não estão certificados. A estratégia é mesmo essa, aproveitar tudo. ”-----

O sr. Vereador Dr. Manuel Nunes acrescentou: -----

“De facto não estamos nessa publicação porque tem que ver com Turismo e Natureza, nós não temos áreas classificadas e não temos ainda os percursos definidos na íntegra de forma a ser uma oferta com princípio meio e fim, mas estamos a trabalhar nisso. Os conteúdos estão a ser preparados, não a tempo dessa publicação, mas eu espero que brevemente estejam prontos.”-----

O sr. Presidente prosseguiu os esclarecimentos: -----

“Relativamente ao estacionamento dos carros, a Sr^a. Vereadora tem toda a razão. Os funcionários não têm instruções para estacionar naqueles lugares. Eu próprio não estaciono ali, a não ser que seja à noite ou ao fim-de-semana. -----

No que se refere às bolsas de estudo, de facto, o processo do ano anterior tardou demasiado. Houve diversas reclamações, o que também contribuiu para esse atraso. Vamos ver se rapidamente se procede ao seu pagamento e se adiantamos o corrente ano para se recuperar esse atraso. -----

No que se refere ao SITE da Câmara não tenho esse registo de estar assim tão desatualizado. Vou inteirar-me melhor desse assunto.-----

As atas são publicadas, mas faz-se constar apenas o assunto e o sentido da deliberação. Pode é não ser muito intuitivo, no entanto vou verificar. -----

No que se refere à gestão da qualidade perdemos, infelizmente, algum tempo, num processo no âmbito da Associação de Municípios, que foi tido como uma coisa diferente e que seria muito boa e que acabou por se revelar pouco operativa e acabamos por voltar à solução inicial, com upgrades com a Medidata que é a entidade que nos dá o suporte em termos de aplicações informáticas, e que tem feito um trabalho reconhecido em termos nacionais, com projetos premiados, nomeadamente em Águeda.-----

Estamos já a trabalhar nisso afincadamente e já demos passos muito importantes ao nível da desmaterialização de processos, nomeadamente nas ordens de pagamento e na correspondência. Começamos por esses processos porque são mais simples e porque achamos que era preferível dar passos pequenos mas seguros, para criar um clima amigável e de habituação, porque se os funcionários não percebessem a importância destas alterações estruturais haveria bloqueios, porque há sempre alguma resistência à mudança. Fomos dando esses passos de forma controlada, com alguns obstáculos, mas o balanço é extremamente positivo. Como referi, a correspondência já está a seguir de forma desmaterializada e as ordens de pagamento são despachadas através da aplicação. Agora estamos com o urbanismo que vai ser das áreas com maior impacto para o exterior. Para nós este processo é fundamental, desde logo para exigir responsabilidade, em termos de prazos, uma vez que tudo é controlado. Aliás, receberemos alertas quando os prazos não forem cumpridos. Em termos de avaliação de desempenho é uma ferramenta fundamental. Temos consciência da necessidade e dos ganhos que vamos ter com a implementação deste sistema, mas houve uma série de percalços que nos atrasaram o processo, mas estamos empenhados em recuperar porque é uma ferramenta fundamental para a gestão da qualidade. -----

Nós temos uma parte da gestão de qualidade já preparada, mas depois paramos o processo da certificação porque nos faltava esta parte da desmaterialização. -----

Não quero avançar com nenhuma data para a certificação, mas posso adiantar que o meu desejo é avançar para a outra fase logo que estejam implementadas as aplicações informáticas com todos os processos desmaterializados, até porque há um trabalho de base que já está feito e temos internamente no nosso quadro funcionários que têm apetências e formação nessa área. Diria que no próximo ano teremos condições para avançar para a certificação. -----

Referente à queixa eu vou confirmar, mas tenho quase a certeza que isso foi resolvido até porque eu estive no local e falei com as duas partes e sugeri que o problema fosse resolvido em Tribunal. -----

Quanto às famílias carenciadas, a Sr.^a Vereadora poderá trazer na próxima reunião o número de famílias apoiadas." -----

A Sr.^a Vereadora Dr.^a Cristina Moreira acrescentou: -----

"As famílias apoiadas por nós são cerca de 400 a 500, dependendo dos meses, mas posso trazer esses dados na próxima reunião." -----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ORGÃOS AUTÁRQUICOS

2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.1. Resumo diário de tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia dezoito de março em curso, que totaliza um saldo de dois milhões oitenta e seis mil setecentos e onze euros e cinquenta e seis cêntimos.----

3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

3.1. Proc. n.º 13/L/04 - Alteração ao loteamento, em nome de Contraste Empreendimentos Imobiliários, S.A., sito no lugar de Corgo, União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem (despacho proferido pela Sra. Vice Presidente da Câmara em 14/03/2016, exarado na informação técnica datada de 14/03/2016).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, considerar que a alteração ao loteamento está em condições de ser aprovada.-----

3.2. Proc. n.º 5/L/76 - Alteração ao lote n.º 2 do Alvará de Loteamento n.º6/77, em nome de Manuel António Tavares de Almeida, sito no lugar de Corgo, freguesia de Meinedo (Despacho proferido pela Sra. Vice Presidente da Câmara em 14/03/2016, exarado na informação técnica datada de 01/03/2016).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, considerar que a alteração ao loteamento está em condições de ser aprovada, sendo o valor da compensação de 2 851,52€.-----

3.3. Proc. n.º 9/L/96 - Alteração ao lote n.º 1 do Alvará de Loteamento n.º17/97, em nome de Neto & Companhia, Granitos, Lda., sito no lugar de Balão, União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) (Despacho proferido pela Sr. Presidente da Câmara em 11/03/2016, exarado na informação técnica datada de 19/02/2016).-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade indeferir a alteração pretendida nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 24.º Do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro. -----

3.4. Proc. n.º 18/L/83 - Alteração ao lote n.º 3 do Alvará de Loteamento n.º 2/85, em nome de Maria Amélia Moreira da Cunha, representada por António Manuel Cunha Pinto da Silva, sito no lugar de S. Gonçalo, freguesia de Macieira (Despacho proferido pela Sr. Presidente da Câmara em 11/03/2016, exarado na informação técnica datada de 10/02/2016).---

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade indeferir a alteração pretendida nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 24.º. Do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro. -----

4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

O sr. Presidente fez a seguinte proposta:-----

"Sugeria uma alteração aos assuntos a seguir agendados cujo período de isenção está previsto por dois anos. Na reunião de 19 de Novembro de 2012, quando criamos os tarifários sociais, veio uma proposta à reunião de Câmara com as condições para esse efeito e que a sua atribuição seria válida por dois anos e no final desses dois anos poderia ser renovada. Com o novo regulamento tarifário do ERSAR alteraram-se substancialmente as condições de acesso aos tarifários sociais. Agora a análise é, em regra, mais simplificada. Basta comprovar documentalmente, por exemplo, que são beneficiários do RSI, beneficiários do 1.º escalão do abono de família, etc. Estando enquadrados numa destas situações e estando a ter aquele benefício fica dispensada qualquer outra apreciação porque já houve análise prévia por parte do Estado. Se foi atribuído ao Município aquele benefício por parte do Estado é porque tem carência económica. -----

Do ponto de vista formal a apreciação feita na Câmara é mais simplificada e faz sentido que todos apresentem esse comprovativo anualmente, porque em dois anos muito muda na vida das famílias.-----

Há só uma situação em que as coisas não são assim tão claras, nomeadamente quanto ao subsídio de desemprego. Quem recebe RSI sabemos que tem carência económica, quem recebe subsídio de desemprego pode ter ou não. Nesses casos os serviços da Ação Social terão que ter um cuidado especial na análise dos processos. -----

Face ao exposto, eu propunha a revogação da deliberação de 19 de Novembro de 2012, no sentido de que todos os pedidos passem a ser concedidos por um ano e no final desse ano os utentes possam solicitar a sua renovação."-----

4.1. Informação n.º 879/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Alberto Francisco Ribeiro - Torno (cons. n.º 19926). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.2. Informação n.º 1198/16 - “Manutenção da Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Dâmaso Sousa Nunes - (cons. n.º 13710). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.3. Informação n.º 1401/16 - “Manutenção da redução do valor da tarifa RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - José Nunes Silva - Nespereira (cons. n.º 9574). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.4. Informação n.º 885/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Joaquim da Rocha - Pias (utente n.º 11750). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.5. Informação n.º 938/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e manutenção da redução da tarifa de RSU” -

Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria da Glória Martins – Sousela (cons. n.º 19823). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.6. Informação n.º 1077/16 – “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Ilídia Conceição Ferreira Martins – Cernadelo (cons. n.º 8437).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.7. Informação n.º 929/16 – “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Manuel António Ribeiro Cunha – Meinedo (utente n.º 23402). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.8. Informação n.º 935/16 – “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria Madalena Pires Meneses – Boim (cons. n.º 20112). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.9. Informação n.º 876/16 – “Manutenção da redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do

Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria Emília Silva Sousa – Lustosa (utente n.º 7204).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.10. Informação n.º 897/16 – “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria da Conceição Ferreira da Cunha – Silves (cons. n.º 24512).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.11. Informação n.º 895/16 – “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria Glória Monteiro – Torno (utente n.º 15379).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.12. Informação n.º 894/16 – “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Rodolfo Hernâni Tavares Tomás – Cristelos (cons. n.º 168).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.13. Informação n.º 899/16 – “Manutenção da redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria Rosa Sousa Magalhães – St.ª Margarida (utente n.º 23986).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.14. Informação n.º 886/16 - “Manutenção da redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Manuel Faria Ferreira - Lustosa (utente n.º 6895). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.15. Informação n.º 898/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Alfredo Monteiro - Meinedo (cons. n.º 20044 e utente n.º 2922). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.16. Informação n.º 939/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Maria Celeste Moreira Magalhães - Meinedo (cons. n.º 9434).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.17. Informação n.º 965/16 - “Manutenção da redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Ana Meneses Alves - Sousela (cons. n.º 14442). -----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.18. Informação n.º 1074/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Maria Engrácia Leal Moreira dos Santos - Nevogilde (cons. n.º 2264).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.19. Informação n.º 937/16 - “Manutenção da redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Juvenal Silva Magalhães - Meinedo (utente n.º 8111).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.20. Informação n.º 940/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - José Maria Nunes Ferreira - Lodares (cons. n.º 8028).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.21. Informação n.º 1412/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Manuel Rui Pires Meneses - Boim (utente n.º 1247).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.22. Informação n.º 893/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Manuel Monteiro Adriano - Torno (cons. n.º 8530).-----

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.23. Informação n.º 1404/16 - “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) - Joaquim Fernando Barbosa Castro - Nespereira (utente n.º 9527).

Atenta a proposta do Sr. Presidente, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, deferir o pedido de isenção apenas por um ano.-----

4.24. Informação n.º 1267/DOMA/16 - “Clube Automóvel de Lousada” - Aprovação da atribuição de apoio em material no valor de € 2.865,71, para a realização de diversas obras.-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aceder ao proposto.-----

5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

5.1. Proposta para atribuição de um subsídio à Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo, no valor de 1.500,00€, para colmatar despesas decorrentes da organização do almoço do 4º Campeonato Boccia Sénior por equipas do Concelho de Lousada.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

5.2. Informação n.º 1541/2016 - Atualização do valor da renda em regime de arrendamento apoiado do arrendatário do Empreendimento de

Habitação Social de Meinedo, a seguir identificado, a partir de 01 de junho do ano em curso: -----

- Maria Celeste Moreira Magalhães de 17,00€ para 14,36€.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a atualização da renda nos termos expressos. -----

5.3. Informação n.º. 1630/2016 - Reajuste do valor da renda em regime de arrendamento apoiado do arrendatário do Empreendimento de Habitação Social de Cernadelo a seguir identificado, a partir de 01 de maio do ano em curso:-----

- Elisa Bessa Mendes de 97,59€ para 10,95€.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar o reajuste nos termos expressos. -----

5.4. Proposta para pagamento das quotas anuais às entidades das quais o Município é associado: -----

- Entidade Turismo Porto e Norte - 1.500,00€;-----

- Ader-Sousa - 13.200,00€ e; -----

- Liga Portuguesa contra a Sida 300,00€. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o proposto.-----

6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

6.1. Ação Social Escolar do ano letivo 2015/2016 - Isenção de pagamento da refeição escolar/redução do valor do prolongamento de horário para o mínimo estabelecido pela CML aos alunos Nuno Ricardo Ferreira Pereira, André Rodrigo Ferreira Pereira, Diana Filipa Ferreira Sousa e Nayara Rodrigues Fernandes. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o proposto. -----

6.2. Ação Social Escolar – Isenção do pagamento da refeição escolar e atribuição de subsídio de livros e material escolar para o ano letivo de 2015/2016, bem como, perdão da dívida existente no ano letivo de 2014/2015 ao aluno Afonso Gomes Rodrigues.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o proposto. -----

6.3. Minutas de Contratos de Comodato - entre o Município e as seguintes entidades: Instinto Filmes - Cooperativa Cultural e Artística, CRL, Associação de Solidariedade Social de Nespereira, Associação Cultural e Recreativa do Rancho Folclórico de S. Pedro Caíde de Rei e Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

O sr. Vereador dr. Agostinho Gaspar fez a seguinte observação:-----

"Estive a analisar os contratos de comodato e não pude deixar de ver um ofício da Junta de Freguesia de Nespereira, não percebo porque é que estamos a fazer um contrato de comodato com uma Junta de Freguesia por um prazo de cinco anos e com uma Instituição de Solidariedade Social por vinte e cinco anos.----- Não estou contra o facto de ser de 25 anos para a Instituição, a Junta de Freguesia também é um caso especial."-----

O Sr. Presidente esclareceu:-----

"No caso da Instituição o prazo de 25 anos é necessário em virtude de pretenderem apresentar uma candidatura. Quanto aos outros contratos, lembro que antigamente os prazos eram superiores e que foi a Coligação que sugeriu que os prazos deviam ser inferiores. -----

Mas não vejo problema algum em alterar o prazo da Junta de Freguesia que pode ficar igual ao prazo da Instituição, ou seja, 25 anos.-----

Mais importante do que o prazo é ficar claro que a Câmara não assume quaisquer responsabilidades em custear a intervenção que a Escola do Cruzeiro necessita para que a Junta de Freguesia possa transferir para ali a sua sede. Aliás, transmiti isso ao sr. Presidente na reunião que tivemos."-----

O Sr. Vereador dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----

"Junto com a agenda veio um email que é o resultado de uma reunião que o sr. Presidente da Junta teve co sr. Dr. António Augusto, vejo aqui algumas questões como a devolução de um terreno da Associação para a Junta, vejo o primeiro piso do JI que ficará para a escola de Ballet, acho que o contratos de comodato deveriam vir todos em simultâneo."-----

O Sr. Vereador dr. António Augusto esclareceu:-----

"Estamos a confundir várias coisas, os contratos de comodato não estão junto porque as instalações são para a própria Câmara, não vamos fazer um contrato

de comodato da Escola de Stº. António com a Câmara porque ela já é propriedade da Câmara.-----

A questão do terreno foi um assunto que o sr. Presidente afluou connosco e insistiu em colocar neste email, contudo, a situação não pode ser resolvida pela Câmara; trata-se de um diferendo entre a Junta de Freguesia e a Associação, nós não temos forma de obrigar a Associação a devolver o terreno.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar referiu:-----

“Ficou aqui definido e está em acta que todas as escolas que ficassem devolutas na sequência da construção dos centros escolares dar-se-ia a prioridade às Juntas de Freguesia.”-----

O Sr. Presidente retorquiu:-----

“Não ficou decidido que era dada prioridade às Juntas. O que ficou decidido é que estes assuntos seriam sempre articulados com as Juntas, que a Câmara não iria decidir sem ouvir as Juntas de Freguesia.”-----

O sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar prosseguiu:-----

“Ficou aqui definido que seria sempre consultada primeiro a Junta de Freguesia, em função da decisão das juntas, se não tivessem condições ou se não estivesse interessada ou não tivessem um projeto para a escola, veríamos outra solução, foi o que foi aqui estipulado já há 4 ou 5 anos, quando começamos a fazer os primeiros centros escolares.-----

Estamos a resolver uma situação que me parece correta com a escola da Boavista, apesar de achar que aquela escola precisa de uma intervenção profunda.-----

Há dois tipos de contratos de comodato o para Casais Mais passa pela junta o outro é direto entre a Câmara e a Instituição de Solidariedade o que não assegura a contrapartida.”-----

O sr. Vereador Dr. António Augusto acrescentou:-----

“Efetivamente o diferendo entre as duas partes não tem que ver com a Câmara, a Câmara não podia deixar isso consignado no contrato, porque não tem assento sequer nos órgãos sociais da Associação, agora parece haver um compromisso da Associação em devolver o terreno quando o projeto da Boavista estiver aprovado.”-----

O Sr. Presidente referiu:-----

“Eu posso falar com a Direção e tentar dirimir a questão.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----

“Relativamente ao contrato de Sousela, vejo o contrato de comodato com uma Instituição que foi criada há 15 dias, para ser hoje aprovado, por cinco anos, quem são? Qual é o projeto?-----

Nós avançamos com um contrato de comodato por cinco anos sem termos um histórico desta Cooperativa.”-----

O Sr. Vereador Dr. António Augusto adiu:-----

"É uma Associação jovem e que se candidatou a ter um espaço, havia um espaço disponível em Sousela, falamos com a Junta, a Junta não tinha nenhuma instituição local interessada naquele espaço, tivemos oportunidade de proporcionar aqueles jovens o desenvolvimento uma atividade artística e cultural no concelho."-----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes sugeriu:-----

"Também analisei as propostas e se me permitem fica como sugestão para a eventual apresentação de contratos de comodato futuros. Sugeriria que, principalmente para quem não está por dentro destas cooperativas, deveríamos ter uma breve apresentação, qual o propósito da cooperativa, é uma cooperativa de responsabilidade limitada, o capital social é bastante limitado de 1500euros, não augura nenhum grande projeto em termos de atividade. A breve apresentação destas Instituições com as quais a Câmara está a fazer um contrato de comodato parece-me uma sugestão que deva ficar registada.-----

A Câmara apresenta contratos de comodato numa perspetiva de facilitação de um movimento mais associativo, cultural, recreativo, mas também pode ter outras índoles, como no caso desta em concreto. É uma cooperativa que tem um propósito, que até pode na execução da sua atividade servir alguma pretensão do Município. Nestes contratos também podem ficar acauteladas as contrapartidas a reverter para o Município.-----

O objeto social desta Cooperativa parece-me poder contribuir com alguma coisa para o Município."-----

O sr. Presidente concluiu:-----

"Para nós é suficiente que estes espaços tenham dinâmica, que tenham utilização de interesse para a comunidade e que seja assegurada a sua conservação. Mas não vejo problema algum em alterar este comodato para um ano, renovável."-----

Atendendo às intervenções que foram efetuadas, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, alterar os prazos dos contratos de comodato, passando a ser de 25 anos, renováveis, o contrato de comodato a celebrar com a Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e de um ano, renovável, o contrato de comodato a celebrar com a Instinto Filmes - cooperativa Cultural e Artística, CRL. -----

6.4. Bolsas de Estudo 2014/2015 - Alteração do número de bolsas de estudo aprovadas na reunião deste Órgão Executivo de 02/10/2015.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar que o número de bolsas e valores sejam os seguintes: -----

- 26 bolsas de estudo no valor unitário de 650,00€;-----
- 16 bolsas de estudo no valor unitário de 450,00€ e -----
- 38 bolsas de estudo no valor unitário de 200,00€.-----

6.5. Bolsas de Estudo 2015/2016 - Definição da data para a entrega das candidaturas à atribuição de bolsas de estudo no período compreendido entre o dia 29 de março a 15 de abril de 2016. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a data sugerida.

6.6. Centro Cultural Desportivo da Ordem - atribuição de subsídio, destinado a apoiar as necessidades decorrentes da execução do plano de atividades, no valor de 2.000,00€. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio proposta. -----

6.7. JANGADA - Cooperativa Profissional de Teatro, CRL - atribuição de subsídio destinado a apoiar as necessidades decorrentes da execução do plano de atividades, no valor de 27 500,00€-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio proposta. -----

6.8. JANGADA - Cooperativa Profissional de Teatro, CRL - atribuição de subsídio destinado a apoiar a realização do Folia'16 e o 9º. Foliãozinho no valor de 7.000,00€.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio proposta. -----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu Amanda Paula de Meireles Ferreira a redigi e assino. ---

Paula
Paula